ANEXO I

Administração Regional de Saúde do Norte

Em cumprimento do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, indicam-se a bibliografia e a legislação a consultar:

Constituição da República Portuguesa;
 Lei n.º 8/90, de 20 de Fevereiro;
 Lei n.º 48/90, de 24 de Agosto;
 Lei n.º 6/91, de 20 de Fevereiro (com as alterações introduzidas pela Lei n.º 53/93, de 20 de Julho);
 Lei n.º 19/92, de 13 de Agosto;
 Lei n.º 53/93, de 20 de Julho;
 Lei n.º 65/93, de 26 de Agosto (com o aditamento que lhe foi feito pelo Decreto-Lei n.º 134/94, de 20 de Maio);
 Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro;
 Lei n.º 116/97, de 4 de Novembro;
 Lei n.º 25/98, de 26 de Maio;
 Lei n.º 87-B/98, de 31 de Dezembro;
 Lei n.º 44/99, de 11 de Junho;
 Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto;
 Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro;
 Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, e pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho);
 Decreto-Lei n.º 48/88, de 17 de Fevereiro;
 Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Julho (com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/98, de 26 de Maio);
 Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 420/91, de 29 de Outubro);
 Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro, pela Lei n.º 19/92, de 13 de Agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, pela Lei n.º 19/92, de 13 de Agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho);
 Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro;
 Decreto-Lei n.º 420/91, de 29 de Outubro;
 Decreto-Lei n.º 10/93, de 15 de Janeiro;
 Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro;
 Decreto-Lei n.º 335/93, de 29 de Setembro;
 Decreto-Lei n.º 134/94, de 20 de Maio;
 Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
 Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho;
 Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;
 Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março (com as alterações introduzidas pela Lei n.º 117/97, de 11 de Agosto, e pelos Decretos-Leis n.ºs 503/99, de 20 de Agosto, 70-A/2000, de 5 de Maio, e 157/2001, de 11 de Maio);
 Decreto-Lei n.º 156/99, de 10 de Maio;
 Decreto-Lei n.º 157/99, de 10 de Maio;
 Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de Agosto;
 Decreto-Lei n.º 70-A/2000, de 5 de Maio;
 Decreto-Lei n.º 157/2001, de 11 de Maio;
 Portaria n.º 247/2000, de 8 de Maio;
 Despacho Normativo n.º 16/97, de 3 de Abril.

Administração Regional de Saúde do Centro

Sub-Região de Saúde de Coimbra

Despacho n.º 1600/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, republicado em anexo do Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, subdelego no chefe de Cuidados Personalizados, Dr. Fernando Pais e Pinto, as competências que me foram subdelegadas pelo despacho n.º 12 672/2004 (2.ª série), de 24 de Maio, do coordenador da Sub-Região de Saúde de Coimbra, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 151, de 29 de Junho de 2004.

O presente despacho produz efeitos no período de 9 a 31 de Dezembro de 2004, ficando, por este meio, ratificados todos os actos que, no âmbito das competências agora subdelegadas, tenham sido praticadas neste período de tempo.

3 de Janeiro de 2005. — A Directora, *Maria Idalina de Almeida Rodrigues*.

Sub-Região de Saúde de Vila Real

Aviso n.º 555/2005 (2.ª série). — 1 — Para conhecimento dos interessados, faz-se público que, por despacho de 22 de Dezembro de 2004 do coordenador da Sub-Região de Saúde de Vila Real, no uso de competência delegada, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias úteis, concurso interno geral de acesso para provimento de três lugares de técnico de 1.ª classe da carreira técnica de diagnóstico e terapêutica, área de saúde ambiental, do quadro de pessoal da ARS do Norte, Sub-Região de Saúde de Vila Real, aprovado pela Portaria n.º 772-B/96, de 31 de Dezembro.

2 — Locais de trabalho:

Centro de Saúde de Mondim de Basto — um lugar;
 Centro de Saúde de Montalegre — um lugar;
 Centro de Saúde de Sabrosa — um lugar.

3 — Prazo de validade — o concurso é válido para o provimento dos lugares referidos e caduca com o seu preenchimento.

4 — Legislação aplicável — Decretos-Leis n.ºs 427/89 de 7 de Dezembro, 442/91, de 15 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, 564/99, de 21 de Dezembro, e Portaria n.º 721/2000, de 5 de Setembro.

5 — Requisitos de admissão a concurso:

5.1 — Requisitos gerais — os previstos no n.º 2 do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

5.2 — Requisitos especiais — possuir a categoria de técnico de 2.ª classe da carreira técnica de diagnóstico e terapêutica, área de saúde ambiental, com pelo menos três anos de serviço na categoria e avaliação de desempenho de *Satisfaz*.

6 — Método de selecção — avaliação curricular, de acordo com o previsto no n.º 1 do n.º 3.º da Portaria n.º 721/2000, de 5 de Setembro.

6.1 — A avaliação curricular é ponderada de acordo com os elementos previstos no anexo III da Portaria n.º 721/2000, de 5 de Setembro, resultando a classificação final da seguinte fórmula:

$$AC = \frac{HA + NC + 3FP + 3EP + 2AR}{10}$$

sendo:

AC — avaliação curricular;
 HA — habilitações académicas;
 NC — nota final do curso de formação profissional;
 FP — formação profissional complementar;
 EP — experiência profissional;
 AR — actividades relevantes.

6.2 — Os critérios de apreciação e ponderação, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

7 — Formalização das candidaturas — as candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento elaborado em papel liso, de formato A4, dirigido ao coordenador da Sub-Região de Saúde de Vila Real e entregue no Gabinete de Gestão de Pessoal, sito na Rua de Miguel Torga, 12, F, 5000 Vila Real, durante as horas normais de expediente, podendo também ser remetido pelo correio, com aviso de recepção, considerando-se apresentado dentro do prazo se for expedido até ao termo do prazo fixado neste aviso.

7.1 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

- Identificação completa (nome, estado civil, filiação, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, residência, código postal e telefone);
- Habilitações literárias e profissionais;
- Categoria profissional e identificação do serviço a que pertence;
- Pedido para ser admitido ao concurso e identificação do mesmo, com referência ao número, à data e à página do *Diário da República* onde este aviso se encontra publicado;
- Declaração, sob compromisso de honra, da posse dos requisitos gerais, mencionados no n.º 5.1 deste aviso;
- Indicação dos documentos que instruem o requerimento.

7.2 — Os requerimentos devem ser acompanhados, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

- Documento comprovativo das habilitações literárias e profissionais;
- Documento, passado pelo serviço, comprovativo da existência e da natureza do vínculo, do tempo de serviço na categoria,